

SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

SOCIAL SERVICE: THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT IN THE HOUSING POLICY

Maria Carolina Carlos Fuza¹

RESUMO: Este artigo dedica-se à compreensão do desenvolvimento do trabalho do assistente social no que tange o trabalho social na habitação, para o alcance deste objetivo primeiramente é abordado sobre o desenvolvimento do Serviço social como profissão no Brasil. A seguir buscam-se elucidações sobre o conceito de território e como o seu entendimento deve ser apropriado pelos servidores e pelas organizações públicas no momento do planejamento das políticas a serem adotadas, posteriormente discorre-se sobre a origem e a atual forma de realização do trabalho social e finaliza-se o mesmo com um destaque para o serviço social na habitação o que permite entender que a presença do profissional de serviço social faz-se necessário para o desenvolvimento da política habitacional, pois com suas ações fundamentadas nas dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa permitam viabilizar os direitos da população atendida nesta política. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa, partindo de uma revisão bibliográfica e posteriormente analisando as idéias dos autores estudados.

¹ Formada em serviço social pela Universidade Estadual do Paraná, e aluna do curso de pós graduação em proteção social pela mesma universidade.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Palavras chaves: Serviço Social, Trabalho Social, Questão Social.

ABSTRACT: This article is devoted to the understanding of the development of the work of the social worker in the field of social work in housing, to reach from goal to principle and understand the development of social service as a profession. Next, we sought elucidations about the concept of territory and how its understanding should be appropriate by the public servants and organizations at the time of planning the policies to be adopted, and then discusses the origin and current form of work social and it ends the same with a highlight for the social service in the housing with the purpose of knowing the action of this professional in this modality of intervention, being possible to understand that the presence of the professional of social service becomes necessary for the development of the policy housing.

Key-Word: social service, social work, social issue.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste estudo tem o propósito de compreender o desenvolvimento do trabalho do assistente social no que tange o trabalho social na habitação, e por meio deste transmitir conhecimento aqueles que procuram sobre esta temática, visto que há poucas produções sobre o assunto discutido. Para tanto são utilizados autores como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto a fim de entender o serviço social como profissão, posteriormente são privilegiados Milton Santos, Dirce Koga, Aldaíza Sposati, autores que dedicam-se também a elucidações sobre o

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

conceito de território e por fim ao dissertarem sobre o trabalho social na habitação ganham destaque na pesquisa as autoras Rosagela Paz e Kleyd Taboada que produziram um material sobre a temática intitulado como Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social e publicado pelo Ministério das Cidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é bibliográfica de natureza qualitativa e foi realizada a partir da revisão bibliográfica dos materiais que abordam o tema, como livros e artigos, e posteriormente é realizada a reflexão das idéias dos autores. Segundo Minayo a pesquisa qualitativa aborda questões específicas e únicas, questões essas que não permitem se traduzir em dados ou números, como na pesquisa qualitativa. Segundo a autora através da metodologia abordada na pesquisa qualitativa é possível se aproximar da realidade social, de pensamentos e ações a partir de uma realidade vivida, esta metodologia de acordo com Minayo é classificada como objetiva e científica, por esses motivos este trabalho fez o uso deste método de pesquisa.

RESULTADOS

Inicialmente é importante destacar que a atuação do assistente social não se dá em um espaço territorial

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

inerte e sim em um espaço plural sob um dado território e considerando essas nuances e que a seguir elencamos alguns pontos considerados relevantes para entender o território, local este no qual a prática cotidiana é realizada.

Para entendermos a base de do desenvolvimento de qualquer política social é necessário compreender sobre o território onde as políticas são executadas e para falar sobre território é preciso entender o conceito dele, que conforme Santos (2000), não é um conceito, ele só se torna um conceito que pode ser usado socialmente, quando pensamos em território a partir do seu uso, o território deve então ser pensado levando em consideração as pessoas que dele se utilizam, não território como um limite administrativo.

Trazendo a discussão para o grande foco do trabalho, que é o trabalho social na habitação realizado em um determinado território, é importante saber que com o grande avanço da política de habitação e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida destinado a habitação de interesse social, em cada empreendimento construído deve ser realizado o trabalho social com os beneficiários, no qual, segundo Paz e Taboada (2010) deve estar ligado a Política Nacional de Habitação, nos planos locais de habitação e nas diretrizes do governo local para habitação de interesse social.

Conforme as autoras, o primeiro passo para se realizar o trabalho social em habitação de interesse social é conhecer o território realizando um diagnóstico com o

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

máximo de informações que vão desde o conhecimento físico sobre o mesmo, bem como sobre as formas que as famílias se relacionam com o espaço vivido, para assim poder elaborar respostas para atender as situações que emergem nos territórios.

Segundo Paz e Taboada (2010), é preciso entender que os territórios são espaços de relações sociais, de formação da sociabilidade, de convivência, de diálogo e de pertencimento das pessoas, famílias e grupos sociais, de esperanças, sonhos e decepções. São também locais de disputas, conflitos e contradições, que transmitem os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. Desta forma, os territórios se tornam espaços políticos.

De acordo com Koga e Nakano (2005), é preciso entender que as distintas partes da população podem apresentar um perfil muito diferente, dependendo do lugar ou lugares onde vivem, onde se definem como sujeitos coletivos de ações político-territoriais, onde se tornam realidade e onde acontecem como vida. Sendo assim, é necessário identificar a presença de diversos fatores sociais, culturais, econômicos, nos diferentes territórios, que ocasionam ao indivíduo e a famílias em situações de vulnerabilidade social.

Para Koga (2003), os territórios são espaços de aplicação de políticas públicas, nos quais se revelam as expressões da questão social, bem como demonstram a situação social em que se encontram diferentes grupos sociais, uma vez que é no território que se intensificam a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

segregação, a desigualdade, preconceitos e pobreza diversas. A autora ainda afirma que a expectativa de políticas para a cidade traz o estímulo não só da descentralização, mas também do desempenho da justiça social em áreas marcadas pela má distribuição de riquezas e estigmas que separam a cidade, em locais destinados a pobres e ricos, feios e bonitos, cultos e incultos.

A ausência do Estado nos territórios que concentram a pobreza os transforma em espaços de privação e de abandono, em muitos casos ‘cidades sem leis’, a chamada ‘cidade informal’, fragilizando seus laços com a sociedade, levando à estigmatização e à segregação urbana. (PAZ E TABOADA, 2010, p.17)

Sendo assim, conforme Paz e Taboada (2010), os espaços públicos se caracterizam como espaços de segregação e rejeição, o medo, a violência e o crime organizado, passam a fazer parte desses lugares de convivência da sociedade, enfraquecendo e mudando as relações sociais, aumentando a individualização e dificultando a organização local e os laços de solidariedade.

De acordo com Paz e Taboada (2010), a violência urbana, em suas diferentes dimensões, tem se tornado um problema de difícil enfrentamento e superação, na cidade, por exemplo, ela tem se expressado de diversas formas,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

como a violência contra a vida, violência física, sexual e psicológica contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, violência material, insegurança pública, crime organizado, entre outras. Já no território das cidades a violência também se expressa como violência no acesso aos serviços de baixa qualidade, como transporte, educação, saúde, cultura e lazer, violência na vida familiar e nas relações sociais, violência no mundo do trabalho, no tráfico organizado, e na falta de expectativa de vida.

Deste modo, essas questões se tornam fundamentais na consideração das demandas para o trabalho social em programas de habitação de interesse social, e em territórios caracterizados pela exclusão e segregação social.

Paz e Taboada (2010) destacam ainda que há outro aspecto importante para se entender sobre território, que se refere aos limites geográficos, fronteiras, micro territórios e ainda a escala regional e metropolitana, que pode ligar municípios vizinhos em ações conjuntas, e a responsabilidade é da esfera estadual no gerenciamento do processo de regionalização.

Dessa forma, divergindo com os limites geográficos ou administrativos, a dinâmica social nos territórios podem se ampliar ou reduzir, conforme outros critérios como as relações de proximidade dos serviços, redes sociais solidárias, fácil acesso ao esporte, lazer, cultura, religião, por isso é muito comum em áreas próximas de um município e outro, a população usar os

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

serviços de outro território por causa da facilidade ao acesso e proximidade, o que se deve atentar é que temos diferentes tipos de ‘mapas’ que se sobrepõem numa região ou território: os mapas físicos, oficiais, e os mapas vividos, que são construídos através da relação que as pessoas estabelecem com outros territórios e que devem ser considerados no planejamento do trabalho social.

Sendo assim, as intervenções habitacionais realizadas pelo trabalho social devem olhar para as diversidades, desigualdades e diferenças dos territórios, Koga e Nakano (2005) afirmam que cada cidade revela no seu dia a dia desigualdades sociais distintas, e a análise do território é fundamental para orientar respostas das políticas públicas, nesta perspectiva, o desenvolvimento de instrumentos de georreferenciamento dos dados e indicadores do município, como por exemplo, mapas de vulnerabilidade e risco social, ou de exclusão/inclusão, são ferramentas essenciais para a elaboração e aplicação de políticas públicas, no sentido de olhar para dentro dos territórios como uma busca por caminhos a serem seguidos para o combate das mazelas que se apresentam.

Paz e Taboada (2010), acreditam que dessa forma cresce a necessidade de entender as particularidades de cada território e inserir a concepção territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, pois adotar essa perspectiva de território significa buscar que os serviços sejam planejados

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

e executados com maior proximidade da população, o que facilita assim seu acesso.

As autoras acreditam ainda que a partir do estudo e conhecimento do território, dos recursos, das relações sociais, e das necessidades locais é que se devem nortear o planejamento das ações que serão adotadas, pois os territórios possuem diferenças entre si, e por isso é preciso que as intervenções nas políticas públicas e a forma de executá-las tenham flexibilidade para se adaptar a realidade do local.

Segundo Paz e Taboada (2010), a equipe técnica para intervenções nas áreas definidas para projetos de habitação de interesse social deve ter a compreensão de cidade, do urbano e do território na sua totalidade, como espaços de relações sociais, disputa de recursos, permeados por discordância e disputas.

Dessa forma, a concepção territorial do trabalho social é de extrema importância para entender essas relações e disputas que refletem nas áreas de intervenção, e também fundamental para compreender os processos econômicos, políticos e sociais.

A cidade e seus territórios são lugares onde as pessoas vivem, e os espaços usados por elas em seu dia a dia, onde se revelam as necessidades sociais e onde buscam o acesso aos serviços de responsabilidade do Estado (Paz e Taboada, 2010).

Posto isto, é possível concluir que as ações públicas devem ser elaboradas de acordo com cada

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

território, na intenção de superar a fragmentação do acesso aos serviços que devem ser universais e da oportunidade de planejar a inserção da rede de serviços públicos em territórios de maior existência de vulnerabilidade social e riscos sociais.

O trabalho social em habitação de interesse social deve pensar primeiramente nesta perspectiva de território, estudar, avaliar, para ser executado de forma eficaz e buscando a melhoria de vida para a população envolvida, no atendimento de suas necessidades sociais, ligado com as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Habitação, para melhor desenvolver o trabalho social.

Visto que estudar o território é uma parte muito importante para se desenvolver o trabalho social efetivamente, iremos discorrer sobre a origem do trabalho social em habitação de interesse social e quais as configurações do mesmo para se alcançar resultados positivos para os beneficiários que dele participam.

Segundo Paz e Taboada (2010), trabalho social em habitação pode ser entendido no contexto da configuração da questão urbana, após a segunda metade do século XX, caracterizada pela desigualdade social e segregação sócio-espacial, conseqüências do modelo político e econômico adquiridos pelos diferentes momentos históricos, mas que se intensificou a partir da ditadura militar (1964-1984).

Dos anos 1960 até os anos 1980 do século XX, período do governo militar, o Banco Nacional de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) priorizaram o atendimento habitacional a setores da classe média, no entanto, conforme Paz e Taboada (2010), a sociedade em geral, e os mercados de construção civil, tinham a perspectiva de que habitação popular era somente para pobre, para quem não tinha condições de comprar um imóvel, além da falta de qualidade na construção e sempre com uma localização distante dos bairros nobres da cidade. Essa visão colaborou para a culpabilização da população e para a segregação social em muitos conjuntos populares uniformizados e padronizados distantes do centro das cidades, do local de trabalho, com baixa qualidade, com a falta de respeito com aqueles que vieram de outras regiões e culturas, e sem a participação dos beneficiários nas determinações do desenho e arranjos arquitetônicos.

Sendo assim, Paz e Taboada (2010) afirmam que o trabalho social ligado a programas de habitação de interesse social, como política pública, é instaurado no Brasil, desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi estabelecida pelo BNH, no período de 1968 a 1986. O referido trabalho social se desenvolvia na área das Companhias de Habitação (COHABs), por meio de recursos advindos da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), criada em 1973, que objetivando a manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários, ou para o pagamento do profissional de serviço social que atuasse neste novo

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

espaço, realizava um plano de serviço social, custo esse, era acrescentado no preço da habitação que é financiada ao beneficiário.

De acordo com Paz e Taboada (2010), o trabalho social em habitação de interesse social nesta época tem um caráter administrativo, pois o mesmo torna-se responsável pela seleção da demanda, acompanhamento da adimplência dos beneficiários e a organização comunitária, especialmente auxiliando a constituição de Associações de Moradores nos conjuntos, para que essas consigam administrar os espaços comunitários dos conjuntos habitacionais.

Em relação à equipe executora do trabalho social em habitação de interesse social, Paz e Taboada (2010) relatam que desde os anos de 1960 já podia se observar a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes, exclusiva da área de humanas, integrando sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sócias, porém, é evidente a predominância do assistente social, que traz para esta atuação como referências teórico-metodológicas e compromissos ético-político, construídos pela profissão em um movimento de luta contra a base conservadora da profissão, conforme veremos mais adiante.

Por outro lado, segundo Paz e Taboada (2010), havia o trabalho social realizado pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), criados em todas as regiões do país, no ano de 1966, com

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

objetivo de orientar as COHABs, por meio da construção de projetos, regularização jurídica e fundiária, seleção dos candidatos, construção e entrega das obras e assessoria técnica e social, destacando-se ente eles a presença de assistentes sociais. O trabalho social em habitação, neste contexto, desenvolveu o acompanhamento aos beneficiários, desde a constituição da Cooperativa Habitacional, a contratação e execução das obras dos conjuntos habitacionais até a mudança para a nova moradia.

Entretanto, o BNH obtinha na Carteira de Cooperativas Habitacionais uma Seção de Desenvolvimento Comunitário, que não possuía estrutura e nem plano de ação, até que em 1972 foi realizado o Primeiro Encontro dos INOCOOPs, que confirmou o compromisso do Banco em dar suporte ao trabalho social dos agentes. A partir daí formaram-se equipes e definiram-se diretrizes e estruturação metodológica do trabalho social em habitação de interesse social, o BNH também constituiu e contratou uma equipe técnica própria, criando o Subprograma de Desenvolvimento Comunitário (SUDEC), em janeiro de 1975, por meio da Resolução de Diretoria 40/75, tornando o institucional o trabalho social nacionalmente, em todos os programas ofertados pelo BNH, Estados e Municípios, programas esses que atendiam população diferenciada, principalmente pela faixa de renda. (PAZ e TABOADA 2010)

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Desta forma, de acordo com Paz e Taboada (2010), a partir de 1975 o trabalho social passou a ser obrigatório nos Programas Habitacionais das Companhias de Habitação, nos programas destinados às classes de baixa renda, como, por exemplo, o PROFILURB.

Conforme as autoras, o trabalho social passou a adquirir um trabalho menos administrativo, no sentido de direcionar o beneficiário para que ele se assumisse como cidadão, com clareza dos seus direitos e deveres e da importância de sua participação social.

Segundo Paz e Taboada (2010), a programação do trabalho social é realizar discussões sobre os direitos e deveres do beneficiário, “o acompanhamento da construção dos conjuntos habitacionais, a preparação para mudança, o apoio na organização da nova comunidade” (Paz e Taboada, 2010 p.47) também devem realizar o apoio a comunidade e grupos exclusivos, como crianças, jovens e mulheres, auxiliar na constituição de associações de moradores, fazer discussões sobre a manutenção do imóvel e dos bens comunitários instalados no conjunto habitacional. Vale a pena evidenciar que essas atribuições eram de responsabilidade do assistente social como liderar e coordenar para que o trabalho social seja realizado de forma satisfatória.

Nos anos 1980, as lutas pela redemocratização do país resultaram na organização de movimentos específicos, entre eles os movimentos que reivindicam moradia, a urbanização e melhorias do serviço urbano,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

com isso o trabalho das equipes técnicas ligadas a projetos habitacionais passa a ter como foco o apoio às reivindicações desses movimentos, dessa forma os profissionais que atuam em programas habitacionais são responsáveis pelo incentivo às organizações de comissões de moradores, de grupos de mulheres que reivindicam por melhorias ao serviço público, como creches, postos de saúde, transporte, entre outros, conseqüentemente os movimentos por moradia passam a identificar os técnicos como aliados de suas lutas (PAZ E TABOADA, 2010).

Ainda nos anos 1980 os profissionais passam a ser contra a remoção da população das áreas em que já estavam instalados, onde as famílias são deslocadas para áreas distantes, que não levam em conta os vínculos com a vizinhança já estabelecidos, e nem a forma da garantia de renda das famílias, que muitas vezes estão ligadas ao território da moradia. Dessa forma, a proposta passa ser o acordo com as famílias para a desocupação das áreas consideradas impróprias. Essa nova posição tem o apoio de urbanistas e de instituições internacionais que preservam a permanência das famílias nas favelas, por meio de sua urbanização.

Segundo Paz e Taboada (2010), ampliou-se então a preocupação do trabalho social com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, realizando as discussões de programas de geração de trabalho e renda e projetos de educação ambiental ligados ao trabalho de habitação de interesse social, e também ampliou-se a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

preocupação e o foco dos assistentes sociais do BNH e de um grupo de técnicos de várias formações, que sabiam que as mudanças trazidas com a urbanização das favelas, resultaram em uma elevação dos gastos das famílias, que precisavam do estímulo e apoio para fazer frente a esses novos gastos e permanecer na unidade habitacional conquistada.

De acordo com as autoras, os recursos para a manutenção do trabalho social, no Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) sucediam de um valor embutido no custo dos programas, que se constituiu em um Fundo Rotativo, criado em setembro de 1980, para os programas e projetos ligados às COHABs.

Conforme Paz e Taboada (2010), a experiência do SUDEC, e mais tarde do PRODEC, conseguiu um nível de sustentabilidade, por meio do fundo rotativo, que após a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal (CEF), sucessora do Banco, manteve sua execução, e os projetos utilizaram deste fundo rotativo até o ano de 1991.

A Caixa Econômica Federal, entre os anos de 1987 e 1998, não elaborou nenhum programa ou diretriz para o trabalho social em nível federal, a CEF estava subordinada ao Ministério da Fazenda, estava executando os projetos de habitação de interesse social, não como gestora, mas sim como contratada do Ministério de Ação Social, e em 1994 com a criação do Programa Habitar, introduziu-se o trabalho social como contrapartida de estados e municípios (PAZ E TABOADA, 2010).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Já no final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1999, de acordo com Paz e Taboada (2010), o desenvolvimento do trabalho social junto com os beneficiários de programas habitacionais, passa a ser uma exigência, e a inovação é que o governo federal passa a incluir nos custos dos projetos e programas a serem contratados, recursos para o desenvolvimento do trabalho social, sendo que parte desses recursos é de custo zero, para os municípios e estados.

Segundo Paz e Taboada (2010), a experiência de operacionalização de programas e projetos habitacionais conquistadas com a contratação e desenvolvimento do programa Habitar Brasil – DIB, a partir de 1999 fortalece a necessidade do desenvolvimento do trabalho social, demonstra a eficiência de projetos integrados (intervenções físicas e sociais) em comparação ao trabalho anterior, onde essa integração não era determinada, e leva o Ministério das Cidades a incluir o trabalho social na PNH.

A partir de 2003, o trabalho social é exigido em todos os programas em que o Ministério das Cidades fornece recursos a fundo perdido e em verbas que sejam adquiridas por meio de empréstimos a Estados e Municípios. (PAZ E TABOADA, 2010)

Desde então, segundo as autoras, a orientação para o desenvolvimento do trabalho social em habitação de interesse social vem sendo desenvolvidas em vários

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

organismos públicos, nos mais diferentes programas de habitação onde se destacam o respeito às conquistas dos movimentos sociais por moradia, como o direito das famílias a permanecerem nas áreas ocupadas, a diminuição de famílias a serem removidas, a infraestrutura necessária para programas e projetos habitacionais, e a participação dos beneficiários durante a execução do empreendimento.

Conforme pontuado até o presente verifica-se que o trabalho social em habitação de interesse social é realizado desde a segunda metade do século passado e que o mesmo vem sendo realizado por profissionais do serviço social e sobre essa prática que discorreremos a seguir.

DISCUSSÕES

Antes de realizarmos uma reflexão sobre a metodologia adotada para a execução do trabalho social na política habitacional julgamos conveniente discorrer sobre a instrumentalidade do trabalho do assistente social dessa forma, conforme Guerra (2007) a instrumentalidade na profissão de assistente social parece ser o uso dos instrumentos necessários para a realização das atividades exigidas pela profissão, e é por meio dos quais o profissional de serviço social pode alcançar e objetivar suas finalidades em resultados profissionais, porem Guerra (2007) retrata que a instrumentalidade no exercício profissional não se dá apenas no conjunto de instrumentos e técnicas, mas sim a partir de uma determinada

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

capacidade constitutiva da profissão, que é construída historicamente.

Guerra (2007) explica que a instrumentalidade é uma especificidade e/ou competência que a profissão vai construindo conforme alcança seus objetivos segundo a autora é através da instrumentalidade que o profissional busca as respostas de suas intervenções. É através desta capacidade, conquistada na prática profissional, que os assistentes sociais transformam as condições objetivas, subjetivas e as relações sociais existentes no cotidiano de um determinado território.

Conforme a autora, ao transformar o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais em que realiza sua intervenção, ao alterarem as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os mudam em condições, meios e instrumentos para conseguir atingir os objetivos profissionais, o assistente social esta dando instrumentalidade a suas ações. Conforme o assistente social utiliza, elabora e adapta as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação do resultado de seu trabalho, desta forma suas ações são portadoras de instrumentalidade. Sendo assim, a instrumentalidade é uma condição essencial de todo trabalho social.

Guerra (2007) ainda ressalta que muitas das exigências da profissão são de responder às demandas estabelecidas pela contradição do capital e trabalho e também realizar mudanças imediatas no contexto

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

empírico, que exigem respostas instrumentais, e o exercício profissional não se limita a elas.

De acordo com Guerra (2007), às demandas que o assistente social vivencia em sua prática cotidiana são ocasionadas por um conjunto repleto de determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, dessa forma elas exigem mais do que ações rápidas, instrumentais, manipulatórias. Essas demandas exigem intervenções que necessitam de escolhas, as quais devem se encaixar no campo dos valores éticos, morais e políticos, e ainda essas ações precisam estar relacionados a projetos profissionais aos quais estão ligados referências teóricas metodológicas e ético-políticas.

Ainda, segundo Guerra (2007), na execução das tarefas que são postas ao assistente social, a profissão precisa da interlocução com outras áreas de conhecimento, como já foi mencionado, entre elas a sociologia, psicologia, administração entre outras. Esses conhecimentos têm sido inseridos pela profissão e caracterizados no estudo dos seus objetivos de intervenção. Porém segundo a autora a profissão também tem construído, por meio de pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre a dimensão característica da questão social, sobre os métodos aptos de orientar e instrumentalizar a ação profissional e compartilhando com outras áreas.

Sendo assim, conforme a autora afirma, os profissionais de serviço social utilizam da

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

instrumentalidade para construir indicativos teóricos e práticos de intervenção imediata, que é chamado de instrumental técnico ou metodologias de ação, que a seguir veremos como é realizada a instrumentalidade para o desenvolvimento do trabalho social em habitação de interesse social.

Como vimos anteriormente o trabalho social em habitação de interesse social é realizado por assistentes sociais que buscam a garantia dos direitos da população beneficiada, para que ocorra isso o assistente social precisa seguir uma metodologia, ou seja, um meio para se chegar ao resultado esperado, lembrando que os objetivos de atuação variam de acordo com o contexto social, e o profissional de serviço social, apoiado em um direcionamento ético político, atua com a finalidade de transformação da realidade, na busca por ampliação de direitos.

Segundo Paz e Taboada (2010), as estratégias usadas pelo Serviço Social devem estar fundamentadas em referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, como também na experiência dos profissionais e da própria população na qual vai intervir.

Sendo assim trazendo a discussão para o trabalho social em habitação, Paz e Taboada (2010) relatam que construir uma metodologia para o trabalho social em um programa habitacional, em um território determinado, precisa escolher um roteiro que apontam os objetivos, os principais passos, a forma de operacionalização, as ações a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

serem desenvolvidas e os conteúdos que deveram ser abordados, porém, essa escolha deve ser feita de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Habitação. A construção de uma metodologia deve ser específica de cada intervenção, pois precisa de um grande conhecimento da realidade territorial, do perfil da população e suas relações no território, e um amplo levantamento dos serviços, programas relativos às várias políticas públicas, visto que, esse conhecimento se diferencia de cada lugar que vai ser implantado o programa e realizado o trabalho social, por isso deve ser uma metodologia específica.

Conforme Paz e Taboada (2010), o trabalho social em habitação de interesse social é um elemento importante da política habitacional urbana, o trabalho social se dá como um processo de trabalho em territórios determinados, que realiza uma grande quantidade de ações, transpassando por uma perspectiva socioeducativa e política, com base nos valores democráticos e de justiça social. O objetivo do trabalho social é a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo ao fortalecimento da participação e organização autônoma da população” (Paz e Taboada 2010, p. 70). O trabalho social em habitação deve estar ligado e articulado às diretrizes da política urbana e habitacional, e o assistente social e sua equipe devem

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

buscar resultados que alcancem os objetivos do referido trabalho.

De acordo com Raichelis, Oliveira e Paz (2006), o trabalho social tem uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que estimula a participação e a ação da população beneficiada, e o investimento na capacitação dos beneficiários na apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano. Para os autores, a prática do projeto de trabalho social, tem origem político-institucional e socioeducativa², envolvendo várias dimensões complementares: planejamento, articulação e integração de ações públicas, com um trabalho direto com a população e no território em que está ligada a intervenção, realizando a supervisão, monitoramento e avaliação.

Segundo Paz e Taboada (2010), as diferentes metodologias devem levar em consideração os objetivos do programa, o perfil da população, as características dos

²Para Paz e Taboada (2010) entende-se socioeducativo como um desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o contexto vivido, de famílias, grupos, indivíduos de atividades que necessitam de organização, assim o conjunto de atividades socioeducativas apresentam potenciais criativos, incentivam a autonomia, devolvem a auto-estima, a reflexão e discussão das possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de alternativas, partindo sempre da experiência individual e coletiva.

territórios, os recursos humanos e financeiros disponíveis e a integração com os demais elementos do projeto de intervenção. Para que isso ocorra é essencial o planejamento do trabalho entendido como processo ético-político. No trabalho social em habitação, conforme as autoras destacam-se dois elementos importantes: o socioeducativo e o fortalecimento da cidadania através da construção de sujeitos coletivos.

De acordo com as referidas autoras, as questões como crenças, valores, vínculos, também devem ser trabalhadas no trabalho social com os beneficiários, e necessitam ser trabalhados e articulados com a consolidação da participação social, movimentos sociais e associações de moradores, com o objetivo de combater a desigualdade social, de melhorar a qualidade de vida e exercer a cidadania. Para as autoras a cidadania é entendida como um reconhecimento do acesso aos serviços realizados pela sociedade e a participação nos espaços públicos de criação e controle da política social. Dessa forma, as diretrizes gerais para o trabalho social em habitação de interesse social são:

“A cidadania, a defesa dos direitos sociais, em particular, o direito à moradia digna; A participação e organização da população em movimentos sociais e outras formas associativas; O território entendido como espaço de relações sociais e disputas; O respeito às

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

diferenças e diversidades; A capacitação daqueles que vivem no território de intervenção.” (PAZ E TABOADA, 2010 p. 70)

Sendo assim, as intervenções na política de habitação devem ser conduzidas por um trabalho social disciplinado e sucessivo que busque a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos e que incentive a participação cidadã.

Conforme Paz e Taboada (2010), o trabalho social apesar de importante não é o único encarregado pelas ações e resultados dos programas, há vários outros fatores que contribuem para isso, como por exemplo, as responsabilidades dos diversos agentes públicos e privados e contextos sociais e políticos determinados. Para as autoras a integração das diversas políticas públicas é importante para alcançar melhores resultados nas intervenções nos territórios.

Dessa forma, para que o trabalho social seja realizado com sucesso é necessário conhecer, decidir, executar e avaliar, esses são momentos importantes do planejamento e devem contar com a participação da sociedade organizada e com as instâncias de controle social.

Paz e Taboada (2010) destacam três momentos importantes do trabalho social, o anterior as obras, no qual é adquirido o conhecimento do território e da população e a preparação e capacitação da população, o durante as

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

obras, que se dá continuidade a preparação e capacitação da população, onde se dá à apropriação dos novos conhecimentos e espaços e o fortalecimento de processos coletivos de organização e gestão, e por último, o momento posterior às obras, neste há continuidade em ações de fortalecimento dos processos coletivos de organização e gestão e realiza, bem como nesta etapa existe a busca pela consolidação de novas aquisições e capacidades por parte dos usuários.

Entretanto para Koga (2013) apud Gomes (2013) afirma que as diretrizes do trabalho social em habitação de interesse social ainda têm um caráter parecido com os da década de 1950 e 1960, realizado através de uma perspectiva conservadora, a autora ainda ressalta que essas intervenções são defasadas ao se comparar com os desafios que se encontram nas intervenções dos dias atuais.

Koga (2013) relata que as diretrizes do trabalho social acabam tratando os beneficiários como indivíduos sem nenhum conhecimento e nenhuma vivência em sociedade, como se os indivíduos tivessem que ser moldados para viver em comunidade de uma forma harmoniosa. A autora ainda afirma que a organização comunitária está relacionada com um conjunto de normas e regras que os indivíduos devem obedecer para o bem estar da comunidade.

De acordo com Rizek (2011) apud Koga, (2013), o trabalho social em habitação tem se caracterizado como

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

um processo de “empresariamento” como uma condição para possuir uma moradia, ou seja, o beneficiário é visto muito mais como consumidor, e não como cidadão de direito. Entretanto, o trabalho social na realidade possui a finalidade de entregar a moradia ao beneficiário, para autora o que realmente importa para esse serviço é estabelecer critérios e identificar quem está optando não receber a moradia.

Por isso, o trabalho social em habitação segundo Koga (2013) na prática assume um caráter de empresariado, em que sua principal ação se resume na geração de renda, com a finalidade dos beneficiários obterem um meio para pagar a prestação da moradia concedida por um programa habitacional.

Pontuada essas duas visões distintas sobre o trabalho social, faz-se necessário citar Imamoto (2009) que destaca que o assistente social é um trabalhador assalariado e em consequência disso o profissional é submetido a ações impostas pelo poder dos empregadores que são determinadas através das condições externas dos indivíduos, segundo a autora, quando o profissional vende sua força de trabalho os empregados determinam as necessidades que devem ser atendidas, delimitam a matéria, interferem nas condições de trabalho, estabelecem exigências, e com isso controla o trabalhador, entrando em confronto com o código de ética profissional, como já vimos anteriormente, que estabelece princípios para o fazer profissional. Para enfrentar os desafios de ser um

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

trabalhador assalariado, Yamamoto (2009) afirma que o assistente social deve se utilizar da sua relativa autonomia que se dá na formação acadêmica, na lei que regulamenta a profissão, na articulação com outros profissionais da área e também forças políticas das organizações dos trabalhadores para que assim consiga exercer seu trabalho de forma ética, tendo uma visão crítica, e principalmente obtendo autonomia, para que o profissional possa exercer suas atividades em qualquer espaço sócio ocupacional sem perder a identidade da profissão, e garantir direitos aos usuários.

Para finalizar, Faleiros (1985) afirma que a realização do trabalho social é muito complexa, e se desenvolve de formas diferentes nos espaços sócio ocupacionais do serviço social, como empresa, instituição particular e Estado.

Na esfera estatal, Faleiros (1985) relata que o trabalho social não interfere de maneira exclusiva e direta a produção material, mas o próprio trabalhador, visto que o trabalhador é o objeto de ação do estado, se desenvolve um efeito complexo e contraditório nessa ação, as necessidades do trabalhador nesse âmbito são estabelecidas pela burocratização e não tem uma relação direta e própria entre esses serviços e a necessidades diretamente ligadas a produção de determinados bens.

Por isso, segundo o autor são serviços contraditórios, pois o profissional deve atender o capital, ou seja, seu empregador, mas não pode perder a essência

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

da profissão que é a garantia de direitos para a população que necessita para enfrentar essa contradição o profissional necessita entender a especificidade do serviço social, as relações em que estão inseridos e sua posição histórica, pois sem conhecer historicamente os serviços não há como realizar uma intervenção e moldá-lo para que atenda os princípios da profissão.

Segundo o autor, o estado vem aumentando cada vez mais sua ação predominante, seus órgãos, e seu vínculo com a sociedade civil, conforme intervém na gestão dos conflitos cotidianos e do trabalho para diminuir sua agravação e manifestação, o estado articula de forma desigual interesses e conflitos, e atende prioritariamente os interesses da classe dominante, e nessa contradição os assistentes sociais precisam enfrentar no cotidiano, buscando estratégias, sendo criativo para lidar com essa situação.

Com isso podemos entender que o profissional não deve descartar sua atuação em qualquer espaço sócio ocupacional, o assistente social deve assumir sua autonomia como diz Yamamoto (2009) para não perder de vista os princípios estabelecidos pelo código de ética da profissão, atuando de maneira expressiva para atender os interesses da classe trabalhadora, porém necessita também dar respostas a quem o emprega, pois faz parte de um corpo profissional, que na sua maioria é assalariado, o profissional assim atende interesses de ambas as classes, porém mantendo como norte de atuação um viés crítico.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a minha família e a minha eterna professora e orientadora Karima Omar Hamdan.

REFERÊNCIAS

FALEIROS, Vicente de Paula. **O saber profissional e o poder institucional**, Cortez Editora, São Paulo, 1985.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em <
<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>> Acesso em: 02 de novembro de 2017

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. S. Paulo, Cortez, 2009.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 72. São Paulo; Cortez, Dezembro/2003.

KOGA, Dirce, NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. In: ABONG. *A Abong nas conferencias 2005*

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

– Criança e Adolescente – Assistência Social. São Paulo: Caderno Abong. 2005.

KOGA, Dirce. **Aproximação sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. Paraná, 2013.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Curso à distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

RAICHELIS, Raquel, OLIVEIRA, Isaura. I. N. C., PAZ, Rosângela D. O. Metodologia/Plano de trabalho social. **Programa de locação social (PLS)**. Relatório final. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – IEE/PUCSP. São Paulo, abril/2006.

SANTOS, Milton. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2000, Florianópolis.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.